

Luísa Gomes

Subdiretora-Geral

Por delegação de competências

Despacho nº 10544/2022, de 22/08/2022, publicado
em 2º de 10º

ATA N.º 2

Aos dezassete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, pelas 11:00h, nas instalações da Direção de Serviços de Meios de Defesa Sanitária, sita em Quinta do Marquês, 2780-157 Oeiras, reuniu o júri do procedimento concursal comum para preenchimento de 2 vagas de trabalho na carreira de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercerem funções na Divisão de Gestão e Autorização de Produtos Fitofarmacêuticos, pertencente à Direção de Serviços de Meios de Defesa Sanitária, conforme Aviso (extrato) n.º 19840/2022, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 201, de 18 de outubro.

Presidente: Paula Cristina Henriques Silva Barros, Chefe de Divisão de Gestão e Autorização de Produtos Fitofarmacêuticos;

1.º Vogal Efetivo: Maria Assunção Lopes Prates, Técnica Superior;

2.º Vogal Efetivo: Maria Beatriz Belard Silvano Barata, Técnica Superior;

A presidente do júri, Paula Cristina Henriques Silva Barros, Chefe de Divisão de Gestão e Autorização de Produtos Fitofarmacêuticos, deu início à reunião, sendo a ordem de trabalhos:

Foi dado cumprimento ao previsto no artigo 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, através de procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de valorização profissional, tendo sido emitida pela entidade gestora, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 19/2021, de 15 de março, a saber, Direção-Geral de Administração e do Emprego Público (DGAEP), proferindo a mesma, a inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional, com o perfil adequado às características dos postos de trabalho que se pretendem preencher.

A presente reunião ocorreu para deliberação sobre a admissão ou exclusão das duas candidaturas rececionadas para o procedimento concursal supradescrito. O júri examinou as mesmas para verificação do seu enquadramento face às condições e formalidades exigidas no aviso de abertura do procedimento, e de acordo com os critérios e fatores definidos na Ata n.º 1. No decorrer da apreciação das candidaturas, a candidata Eng.ª Cristina Maria Branco Nunes Henriques, por mail de 14 de novembro de 2022, veio manifestar a sua desistência ao procedimento. O e-mail rececionado encontra-se

arquivado no dossier administrativo. Relativamente à candidatura da Eng.^a Márcia Furtado a mesma não pode ser considerada, por incumprimento do requisito estipulado no ponto 5.1 do aviso de oferta de emprego publico com a referência OE202210/0490, isto é, não ser detentora de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

Assim, deliberou o júri, por unanimidade, submeter para homologação da Senhora Diretora Geral de Alimentação e Veterinária, a presente Ata, por cessação do procedimento concursal, devido ao fato de inexistência de candidatos(as), que permitam a prossecução do procedimento, conforme o disposto, no número 1 do Artigo 27.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

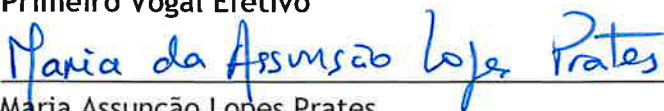
Decidiu o júri, remeter, após homologação, a presente Ata, afim de a tornar pública, para o site da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (www.dgav.pt), para aí poder ser consultada, a mesma será ainda afixada na entrada dos serviços da Direção de Serviços de Meios de Defesa Sanitária. Serão ainda notificadas as candidatas, da presente Ata após a homologação, por e-mail, conformem estatuído no número 1 do Artigo 6.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, de que se lavrou a presente ata, a qual, depois de lida e considerada conforme, vai ser assinada e rubricada pelos membros do júri presentes.

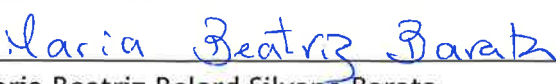
Presidente


Paula Cristina Henriques Silva Barros

Primeiro Vogal Efetivo


Maria Assunção Lopes Prates

Segundo Vogal Efetivo


Maria Beatriz Belard Silvano Barata